



COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA: PREMISSAS EPISTEMOLÓGICAS DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

ALMEIDA, Anadeje Ferreira de¹
OLIVEIRA, Rafaelle Tamires dos Santos²

Grupo de Trabalho (GT3): Políticas Públicas e Gestão da Educação

RESUMO: O Ministério da Educação, por meio do documento oficial “Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023), apresenta um conjunto de orientações referente à formação continuada. Dentre elas, destacam-se os pressupostos epistemológicos do processo de alfabetização. Este trabalho busca compreender em quais perspectivas essas premissas estão ancoradas. É uma pesquisa de caráter qualitativa (Minayo, 2009), com delineamento documental (Fachin, 2006), cujo *corpus* de análise é o documento citado. Por meio da análise do discurso bakhtiniana foi possível compreender os sentidos ideológicos presentes nos enunciados, considerando as múltiplas vozes que os atravessam (Bakhtin, 1997). Os resultados evidenciam que as proposições epistemológicas valorizam a aprendizagem da leitura e da escrita a partir da perspectiva do letramento. Sob a ótica bakhtiniana (1997), tais hipóteses, não são neutras, mas enunciados ideológicos que dialogam com outras vozes e discursos do campo educacional.

Palavras-chave: Políticas de alfabetização. Formação. Alfabetização. Letramento.

INTRODUÇÃO

Por meio do documento “Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023), o Ministério da Educação (MEC), estabelece um conjunto de premissas epistemológicas que devem guiar o processo de alfabetização.

Este trabalho, apoiado na análise do discurso bakhtiniana, busca compreender em quais perspectivas as premissas epistemológicas do processo de alfabetização no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023) estão ancoradas. A relevância de empregar a análise do discurso baseada em Bakhtin nesse tipo de investigação reside no fato de que ela permite compreender a linguagem em sua ligação com a ideologia, além de reconhecê-la como uma forma de prática social. Dessa forma, é possível compreender que toda “palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin, 1997, p. 95).

¹ Mestranda na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail. dejeana@outlook.com

² Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail. rafaelle_thamires@hotmail.com



Este estudo está estruturado em quatro partes. Na primeira, se discute sobre Políticas Públicas de Alfabetização no Brasil. Na segunda, discorre sobre Leitura e escrita como práticas sociais e culturais. Na terceira, descreve-se o percurso metodológico. Na quarta, são apresentados e analisados os resultados obtidos. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A alfabetização no contexto escolar, compreendida como o processo de aprender a ler e a escrever durante os primeiros anos da educação formal, constitui uma prática complexa e abrangente, por envolver dimensões humanas e sociais. Trata-se também de um ato político, sendo, portanto, um direito assegurado constitucionalmente ao cidadão e uma responsabilidade do Estado (Mortatti, 2010).

Do ponto de vista de Galvão *et al.* (2024), nas circunstâncias em que as políticas são elaboradas, observa-se que as definições no campo educacional, especialmente no que se refere à alfabetização, refletem a visão do governo atual sobre as concepções de alfabetização e educação que se pretende oficializar, manifestadas por meio do discurso adotado. Dessa forma, a linguagem presente nos documentos oficiais, os enfoques metodológicos defendidos e os fundamentos teóricos que os sustentam revelam quais práticas se deseja promover e quais se busca deslegitimar.

A partir do início da década de 1980, considerada como um quarto momento marcante da trajetória da alfabetização no Brasil, o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita nas etapas iniciais da escolarização passou a ser questionado de maneira mais sistemática e institucional (Mortatti, 2010). Nesse período, instituiu-se no Brasil o pensamento construtivista sob influência das pesquisadoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), servindo de base para a construção dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Dessa maneira, a aprendizagem da leitura e da escrita passou a ser compreendida com base nas particularidades do processo de cada criança, e não exclusivamente nos métodos utilizados. No entanto, em 2019, com a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), o sucesso do processo de alfabetização passou a ser associado a um único método: o fônico. O Ministério da Educação, nesse período, justificava a adoção



dessa política com base em evidências científicas, nesse contexto, “rumos diferentes dos até então praticados no Brasil foram sendo idealizados para a área de alfabetização” (Galvão *et al.*, 2024, p. 7), enquanto pesquisas fundamentadas relacionadas a Psicogênese da Língua Escrita e ao letramento foram desconsideradas.

No entanto, a PNA permaneceu vigente apenas até 2022 (Galvão *et al.*, 2024). Com a mudança de governo presidencial em 2023, foi instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Essa política pública retoma a valorização da diversidade das práticas pedagógicas, respeitando as múltiplas realidades presentes nas instituições de ensino, sem restringir a aprendizagem da leitura e da escrita a um único método.

De acordo com o documento oficial “Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do CNCA” (Brasil, 2023), as estratégias de formações devem considerar nove premissas epistemológicas no processo de alfabetização, respeitando os contextos sociais, culturais e individuais das crianças. Contudo, o discurso presente no texto oficial não apenas comunica orientações, mas também revela as vozes sociais que procuram se afirmar ou se sobrepor no campo educacional.

LEITURA E ESCRITA COMO PRÁTICAS SOCIAIS E CULTURAIS

A leitura e a escrita, mais do que habilidades técnicas de decodificação e codificação de signos linguísticos, devem ser compreendidas como práticas sociais. Desde o nascimento, as crianças estão imersas na cultura do escrito, pois vivemos em uma sociedade grafocêntrica (Rojo, 2019). Nesse contexto, o desafio da escola vai além do ensino do sistema alfabetico: trata-se de formar sujeitos que usem a linguagem escrita de maneira significativa em diferentes esferas sociais e não apenas sujeitos que possam decifrá-la (Lerner, 2002). Dessa forma, a alfabetização precisa estar articulada ao letramento, entendendo que ler e escrever são ações situadas historicamente e socialmente.

Ao definir o termo letramento, Soares (2022, p. 27) destaca que ele se constitui como “capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita”. Essa concepção amplia a visão tradicional de alfabetização centrada apenas na decodificação do código escrito, pois, ser letrado não é apenas saber



ler e escrever, mas ser capaz de mobilizar esses conhecimentos em situações concretas da vida cotidiana (Solé, 2015). Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, que promovam a participação ativa dos alunos em eventos reais de leitura e escrita.

Rojo (2019) ressalta que existem múltiplas práticas de letramento, uma vez que quase todas as atividades realizadas na sociedade envolvem, de alguma forma, o uso da linguagem escrita. No entanto, para estar inserido em práticas socialmente mais valorizadas, como as práticas escolares, é necessário desenvolver outras habilidades mais complexas, como as capacidades de compreensão leitora. Essas habilidades vão além da simples decodificação e envolvem processos cognitivos e sociais, como interpretar, analisar e atribuir sentidos aos textos.

Quando crianças não têm acesso a essa diversidade de práticas de letramento, tendem a perceber a aprendizagem da leitura e da escrita apenas como um requisito escolar, focado em passar de ano. Essa visão limitada pode contribuir para a falta de motivação em se tornarem leitores críticos e usuários ativos da língua (Colello, 2025). Por isso, torna-se fundamental que as escolas se posicionem como verdadeiras agências de letramentos, promovendo experiências significativas e diversificadas que ampliem o uso social da linguagem escrita (Rojo, 2019).

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2009), com delineamento documental (Fachin, 2006). O *corpus* de análise consiste no documento oficial “Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023). A análise desenvolvida foi de natureza descritivo-interpretativa, pautada na análise do discurso sob a perspectiva bakhtiniana (Bakhtin, 1997). As categorias de análise que emergiram do corpus foram: Alfabetização como processo discursivo e social e Formação docente e práticas de letramento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



As premissas epistemológicas do processo de alfabetização, previstas no documento oficial em análise orientam a formação docente valorizando a aprendizagem inicial da leitura e da escrita de forma integrada ao letramento. A seguir, no Quadro 1, apresentam-se trechos do documento que abordam essa articulação entre leitura, escrita e letramento.

Quadro 1 - Trechos que se referem a perspectiva do letramento.

<p>Reconhecimento da alfabetização como processo discursivo, que reconhece que as crianças nascem e vivem em um mundo construído a partir de múltiplos letramentos, atravessado e constituído por práticas sociais de leitura e de escrita (p. 16).</p>	
<p>Tal compreensão do processo de alfabetização implica reconhecer que a conquista do direito de participar da comunidade de leitores e escritores de uma sociedade só é possível se são mobilizadas no processo de ensino e experimentadas, pelas crianças, práticas sociais diversificadas de letramento (p. 16).</p>	
<p>c) conhecer e se movimentar de forma progressivamente autônoma nas práticas de leitura e de escrita, ampliando sua capacidade de utilizar diferentes gêneros discursivos (p. 17).</p>	
<p>Também significa considerar que bebês e crianças bem pequenas precisam ter o direito de participar de situações de letramento e que o processo de alfabetização apresenta uma progressão que permite estabelecer marcos de chegada para certas habilidades de leitura e escrita ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e construir as expectativas de desempenho em torno da leitura e da escrita que devem parametrizar processos de avaliação no nível da sala de aula, no nível da escola e no nível da gestão dos sistemas de ensino (p. 17).</p>	
<p>Reconhecimento da importância de garantir às crianças da Educação Infantil experiências contextualizadas, significativas e intencionais de participação em práticas sociais de oralidade, leitura e de escrita (p. 17).</p>	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O documento oficial apresenta a alfabetização como um processo discursivo que se concretiza em práticas sociais de leitura e escrita. No trecho: “Reconhecimento da alfabetização como processo discursivo, que reconhece que as crianças nascem e vivem em um mundo construído a partir de múltiplos letramentos, atravessado e constituído por práticas sociais de leitura e de escrita” (Brasil, 2023, p. 16), evidencia-se a compreensão de que a alfabetização não pode ser reduzida ao ensino do código escrito, mas deve considerar os contextos sociais e culturais em que as crianças estão inseridas. Essa concepção também se expressa em: “a conquista do direito de participar da comunidade de leitores e escritores de uma sociedade só é possível se são mobilizadas [...] práticas sociais diversificadas de letramento” (Brasil, 2023, p. 16). Tal orientação dialoga com Soares (2022), ao reforçar a alfabetização como uma prática de inserção social na cultura escrita, e com Rojo (2019), ao destacar a pluralidade dos letramentos.

Na segunda categoria, observa-se a ênfase na formação docente para o letramento. O documento afirma que é necessário que as crianças possam “conhecer e se movimentar de forma progressivamente autônoma nas práticas de leitura e escrita, ampliando sua



capacidade de utilizar diferentes gêneros discursivos” (Brasil, 2023, p. 17). Esse enunciado aponta para o papel central da mediação pedagógica, alinhando-se às contribuições de Solé (2015), que defende o ensino de leitura a partir de múltiplas estratégias.

Ainda nessa perspectiva, a recomendação de que “bebês e crianças bem pequenas precisam ter o direito de participar de situações de letramento” (p. 17) amplia a discussão para a Educação Infantil, reforçando a importância de experiências significativas desde os primeiros anos de vida. Essa ênfase revela o compromisso do CNCA em vincular a formação docente à construção de práticas pedagógicas intencionais e contextualizadas.

Contudo, Sob a ótica da análise bakhtiniana, esses trechos não podem ser interpretados como prescrições neutras, mas como enunciados ideológicos que dialogam com discursos anteriores (Soares, 2022; Rojo, 2019) e principalmente com as crenças dos responsáveis por elaborar o texto político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou analisar as premissas epistemológicas do processo de alfabetização no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023), buscando compreender em quais perspectivas elas estão ancoradas. As premissas epistemológicas apresentadas no documento oficial estão ancoradas na concepção de letramento, concebendo a alfabetização como um processo discursivo e social que ultrapassa a simples aquisição do código escrito. Evidencia-se, ainda, a centralidade da formação docente na promoção de práticas pedagógicas intencionais e contextualizadas, desde a Educação Infantil, de modo a garantir experiências diversificadas de leitura e escrita. Sob a ótica bakhtiniana, tais orientações não são neutras, mas constituem enunciados ideológicos que dialogam com diferentes vozes presentes no campo educacional, revelando tanto avanços em relação a políticas anteriores, quanto às tensões próprias das disputas discursivas que permeiam a alfabetização no Brasil.



REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.415 p.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, Edição Nº 110 de 13/06/2023, p. 3, 2023a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/documentos> . Acesso em: 14 jul. 2025.

COLELLO, S. M. G. **Alfabetização: o quê, por quê e como**. Summus Editorial, 2021.

GALVÃO, É. R. de S.; SANTOS, J. N. dos; SANTOS, A. C. dos. Políticas públicas de alfabetização no Brasil:(re) significações entre avanços e retrocessos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 18, 2024.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.FERREIRO,

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein *et al*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.GALVÃO, É. R. de S.;

SANTOS, J. N. dos; SANTOS, A. C. dos. Políticas públicas de alfabetização no Brasil:(re) significações entre avanços e retrocessos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 18, 2024.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Artmed Editora, 2018.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009, p. 09-29.

MORTATTI, M. do R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 329-341, 2010.

ROJO, R. **Letramentos, mídias, linguagens** . Parábola Editorial, 2019.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2022. 384 pág.

SOLÉ, I. **Estratégias de Leitura-6**. Penso Editora, 2015.

